



Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras

From the use of social name to the use of the bathroom: (trans)subjectivities in Brazilian schools

Cláudio Eduardo Resende Alves

Maria Ignez Costa Moreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resumo

Apresentamos uma reflexão teórica acerca no uso do nome social e do uso do banheiro por estudantes travestis e transexuais na escola pública brasileira. Partimos de uma breve revisão da literatura brasileira, produzida entre 2006 e 2014, sobre o banheiro e o universo trans no campo dos estudos pós estruturalistas de gênero, procurando pontos de convergência e divergência entre os autores e evidenciando possíveis diálogos intertextuais com a política pública do direito ao uso do nome social. A partir do recorte de uma pesquisa realizada numa escola do município de Belo Horizonte/Brasil, percebemos como as (trans)subjetividades produzem resistências no cotidiano educacional, revelando o não lugar de sujeitos travestis e transexuais na escola. Nesse contexto, o uso do banheiro é tomado como um analisador institucional das incongruências de gênero presentes entre a demanda e a norma.

Palavras-chave: **Banheiro; Educação; Nome social; Sujeitos trans**

Abstract

We present a theoretical reflection about the use of the social name and the use of the bathroom by transvestites and transsexual students in Brazilian public schools. We begin with a short revision of the Brazilian literature, produced between 2006 and 2014, about the bathroom and the post-structuralist studies of transgender problematics, searching for convergences and deviations among the authors and evidencing possible inter-textual dialogues with the public politics for the right of the use of the social name. From a cross cut of a research held in a public school in the city of Belo Horizonte, Brazil, we realized how the (trans)subjectivities produce resistances in the educational daily life, revealing the non-place of transvestite and transsexual subjects at schools. In this regard, the use of the bathroom is taken as an institutional analyser of the gender inconsistencies present between demands and rules.

Keywords: Bathroom; Education; Social Name; Trans Subjects

Introdução

Este artigo foi organizado e concebido a partir de investigações realizadas no âmbito do curso de doutoramento em Psicologia no Programa de Pós-Graduação da PUC Minas/Brasil. Tendo como matriz investigativa inicial a inclusão de estudantes travestis e transexuais em escolas do município de Belo Horizonte a partir de políticas públicas educacionais de legalização do uso do nome social e como desdobramento investigativo o uso dos banheiros da escola por tais estudantes. Nome social é uma expressão brasileira que pode ser entendida como o nome escolhido pelo próprio sujeito trans, uma vez que existe uma incongruência entre seu nome civil e sua identidade de gênero

No Brasil, desde 2008, inúmeras legislações municipais, estaduais e nacionais têm pautado o uso do nome social por estudantes travestis e transexuais em instituições de educação, contemplando desde as modalidades da Educação Básica até o Ensino Superior. No município brasileiro investigado, a legislação em foco é a Resolução CME/BH Nº 002/08 da Secretaria Municipal de Educação. A presença de estudantes com sexualidade dissidente da norma hegemônica heterossexual na escola produz ressonâncias nos mecanismos de produção de subjetividades, demandando novas concepções de gestão pública e novas políticas públicas educacionais. A inclusão do nome social de estudantes na documentação escolar, como diários, provas, atividades e relatórios, bem como seu uso interpessoal na rotina escolar provocam outros questionamentos e outras demandas no universo escolar, sendo uma delas o uso do banheiro. No Brasil, nos últimos quatro anos, a utilização do banheiro tem se tornado objeto de debate e problematização das normas sociais de gênero, configurando-se como um significativo espaço de reivindicação de direitos de cidadania pelo movimento social de *lésbicas*, *gays*, *bissexuais*, *travestis* e *transexuais*, ultrapassando fronteiras entre estados e municípios brasileiros.

Nesse artigo, nos deteremos ao uso do banheiro por estudantes trans no contexto escolar. Partimos de uma breve revisão da literatura brasileira recente sobre o banheiro e o universo trans no campo dos estudos pós-estruturalistas de gênero, procurando pontos de convergência e divergência entre os autores.

Procuramos evidenciar possíveis diálogos intertextuais com a política pública do direito ao uso do nome social para, em seguida, apresentar um recorte da pesquisa realizada numa escola do município de Belo Horizonte/Brasil. Ponderamos que as (trans)subjetividades produzem resistências no cotidiano educacional, revelando o não lugar desses sujeitos na instituição escola. Existe um hiato entre o discurso inclusivo representado pela prerrogativa legal do uso nome social trans, como autodeclaração da identidade de gênero, e a impossibilidade de usar um banheiro compatível com essa identidade.

A nomeação do inominável: o nome social trans

O nome revela um papel no mundo, papel subjetivo, social, profissional, afetivo, sexual, familiar entre muitos outros. Ele faz parte dos atos performáticos do cotidiano, reiterando narrativas e discursos do sujeito e do social sobre o sujeito. O nome antecede o corpo, o gênero e o sexo, pois anuncia os mesmos. Segundo Beatriz Preciado¹ (2014):

Toda pessoa trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios. Aquele que foi designado na hora do nascimento, cujo nome a cultura dominante buscou normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente. Os nomes trans não indicam o pertencimento a outro sexo, mas denotam um processo de identificação (...) o segundo nome utilizado pelas transexuais, a peruca *drag*, o bigode, enfim, são signos intencionais e hiperbólicos de uma travestilidade político sexual. E isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste a norma. (Preciado, 2014, parágrafo 2).

O ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los. O segundo nome trans é mais do que um conjunto de letras esvaziadas de sentido, ele opera mecanismos de transgressão da norma dominante, tornando-se ele mesmo um mecanismo de resistência política (Preciado, 2014). Entretanto, será que apenas ter seu nome social reconhecido é suficiente para ter sua identidade de gênero também reconhecida?

¹ O pesquisador Preciado, recentemente, modificou seu nome para Paul Beatriz Preciado em função de sua nova identidade de gênero e de sua vivência como pessoa trans.

A obrigatoriedade legalizada da inclusão do nome social de travestis e transexuais em documentos de identificação de instituições públicas nos campos da educação, saúde e administração direta possibilita o acolhimento de subjetividades que colocam em xeque o sistema normativo sexo/gênero. Políticas públicas de reconhecimento do nome social representam uma forma de produção de subjetividade na experiência contemporânea trans, como sinaliza Maria Rita César (2009). Nesse contexto, é possível pensar o nome social, como um discurso de relativização das fronteiras de gênero, de distúrbio da ordem e da normativa.

Tomamos o nome social como um dispositivo de identificação de gênero, uma vez que ele produz outras formas de pensar a inteligibilidade dos gêneros. Utilizamos o conceito de dispositivo de Michel Foucault (1975/2013) que pode ser compreendido como um conjunto decididamente heterogêneo, que abrange discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais e filantrópicas, portanto dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre esses elementos.

Partindo do princípio da autodeclaração do gênero, quando um indivíduo escolhe um nome social ele está dizendo ao outro como quer ser identificado e reconhecido socialmente. A autodeclaração, a exemplo da discussão do étnico-racial no Brasil, outorga ao sujeito, e a mais ninguém, a definição de sua identidade gênero, ao mesmo tempo que torna pública sua escolha e orienta o outro sobre como esse sujeito deve ser tratado socialmente. A identidade de gênero é atravessada pela escolha nominal. O sexo perde seu *status* determinista de gênero, cedendo lugar para a narrativa pessoal. Uma vez descolada do sexo anatômico, a identidade de gênero se pluraliza, sendo determinada por diferentes aspectos, dos quais o discurso apresenta grande relevância no processo de autodeterminação identitária, de acordo com Judith Butler (2003).

O efeito provocado pelo uso do nome social no outro aponta para um duplo processo: de aceitação/reconhecimento ou de rejeição/negação. A aceitação e o reconhecimento pelo outro fortalecem a escolha feita, enquanto a rejeição ou negação pelo outro tolhe e cerceia o direito de ser. Esse duplo processo

oriundo da alteridade e da delimitação das diferenças pode ser analisado pelo viés dos estudos *queer* que propõem a insurgência e a resignificação dos lugares socialmente estigmatizados. Nessa perspectiva, travestis e transexuais buscariam a rejeição/negação pelo outro como forma de resistência à ordem política, social e sexual. Assim, como seres abjetos, pessoas trans ocupariam o lugar no mundo daquilo que provoca vergonha e medo, garantindo com sua presença/ausência o incômodo e o desconforto com as normas de gênero que organizam as subjetividades a partir do discurso heteronormativo.

O dispositivo do nome social produz efeitos secundários, tanto individual, quanto socialmente, pois aciona outros dispositivos como desdobramentos. Dentre esses possíveis desdobramentos, destacamos o uso do banheiro na escola por estudantes travestis e transexuais.

Breve revisão da literatura: banheiros e o universo trans

Analisamos cinco artigos científicos brasileiros, datados entre 2006 e 2014, disponíveis em plataformas virtuais de revistas acadêmicas ou integrantes de anais de eventos acadêmicos sobre gênero, diversidade e sexualidade. O critério unívoco na escolha dos textos foi o uso de banheiros por pessoas trans. Os artigos selecionados são: 1. *A inserção da travesti no cotidiano social: o uso do banheiro público* de Cássio Serafim e Marluce Silva (2006); 2. *Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano escolar* de Elizabete Cruz (2011); 3. *Memórias de trajetórias escolares de travestis* de Rodrigo Santos e Ailton Santos (2011); 4. *O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas* de Maria Lúcia Lima e Eric Alvarenga (2012); e 5. *O banheiro: um prisma para reflexões sobre relações de gênero a partir da perspectiva simmeliana* de Danieli Siqueira (2014).

Iniciamos destacando a diversidade dos campos de pertencimento epistemológico dos autores, pois foram analisados textos oriundos das áreas de Educação, Ciências Políticas, Ciências Sociais, Psicologia, Saúde, Letras e Linguagens, evidenciando assim, a interdisciplinaridade inerente ao campo de estudos de gênero. Os autores provêm de universidades de três regiões brasileiras: Norte, Nordeste e

Sudeste. De maneira geral, os referenciais teóricos que sustentam as narrativas textuais abarcam estudiosos pós-estruturalistas de gênero. Nomeadamente, a estadunidense Judith Butler com a teoria da performatividade de gênero, a espanhola Beatriz Preciado com o manifesto contrassexual e as tecnologias de gênero, a brasileira Guacira Lopes Louro com os estudos *queer* no campo educacional, além de outros brasileiros como Larissa Pelúcio, William Peres, Marcos Benedetti, Hélio Silva e Berenice Bento com investigações acadêmicas sobre o universo de travestis e/ou transexuais.

Também muito explorado nos textos, Foucault é usado como referencial nas construções narrativas, em especial com a concepção epistemológica de “regime de verdades” em articulação com o conceito de “poder” e os efeitos produzidos por essa interação na sociedade e nos ditos, desviantes ou dissidentes da norma, uma vez que o sujeito passa a ser definido pelo corpo e pelo sexo anatômico que possui. Foucault (1975/2013), chamou esse conjunto de recursos discursivos que delimitam espaços regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados de regime de verdades. Tal regime não está isento de interesses políticos, econômicos e ideológicos. A dita verdade e sua rede de práticas e instituições coercitivas produzem efeitos colaterais, ressonâncias e antagonismos. Em sua obra *Os anormais*, Foucault (1975/2010) problematiza como os exercícios de poder e as técnicas disciplinares produziram figuras de anormalidades que deveriam ser controladas e contidas por instituições normativas.

Sobre o sistema hegemônico de verdades, Ana Cristina Santos (2003) nos lembra que:

Os sistemas de desigualdade e exclusão em que nos enredamos quotidianamente resultam de complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças que implicam a rejeição, a marginalização ou o silenciamento de tudo o que se lhes opunha. Este é um processo histórico de hierarquização, segundo o qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita, definindo uma fronteira além da qual tudo é transgressão (Santos *apud* Santos, 2003, p. 339).

Nesse contexto de exclusão e da fabricação cultural da diferença, o banheiro pode ser lido como uma ferramenta de controle que normatiza a sexualidade e, como derivação,

produz sujeitos dissidentes e discordantes das regras num movimento hegemônico de silenciamento das diferenças. Os autores dos artigos escolhidos abordam a temática do uso do banheiro por pessoas trans sob diferentes prismas que, muitas vezes, se interconectam. Exemplo disso, destacamos o diálogo intertextual encontrado entre o artigo de Cruz (2011) e os artigos de Santos e Santos (2011) e Lima e Alvarenga (2012), sendo o primeiro citado por inúmeras vezes pelo segundo e terceiro, estabelecendo uma tríplice articulação entre autor, temática e referencial teórico.

Serafim e Silva (2006), analisam o caso real de interdição do uso de um banheiro feminino de um supermercado por uma travesti, problematizando os conceitos de mulher verdadeira, de não mulher e de não homem até chegar próximo a um conceito de travesti. Para os autores, a identidade de gênero é tomada como posicionamentos discursivos provisórios, uma vez que ela está em constante constituição. Tal fluidez identitária se confronta com o binarismo social, político e ideológico demarcado pelo objeto banheiro.

Cruz (2011), investiga os atravessamentos entre o universo trans e o uso do banheiro no contexto escolar, tomando o banheiro como um espaço de violência e de exposição. A partir dos conceitos de acesso e inclusão de Fernando Seffener, a autora questiona a escola como dona dos sujeitos, dos corpos, das identidades e dos seus espaços, dentre eles o banheiro. Travestis e transexuais como atravessadores de territórios não cabem na escola.

Santos e Santos (2011), utilizam de diferentes relatos de pessoas trans no cotidiano escolar, dissecando-os e deles extraindo mecanismos de violência e exclusão naturalizados em discursos e práticas escolares. Os autores se apoiam na teoria de Loic Wacquant para trabalhar com a lógica do gueto como espaço de socialização e de subjetividade.

Lima e Alvarenga (2012), apoiados em argumentos de Cruz (2011) promovem uma discussão dialética da escola como o não lugar da diferença, apresentando os limites discursivos e práticos da instituição escola. Os autores exploram o objeto banheiro como uma tecnologia, utilizando da

teoria de Preciado, que controla e produz os gêneros que descreve. A escola exclui e expulsa aqueles que desafiam a norma hegemônica linear de corpo, sexo, gênero, sexualidade e desejo.

Siqueira (2014), apresenta uma narrativa textual dialética sobre as relações de gênero, pensando o banheiro para além de seus conteúdos, ancorada em ideias de George Simmel sobre a constituição dos sujeitos a partir de dualidades. O banheiro é analisado como porta e como ponte, sendo o primeiro representado como a interação entre as partes, masculino e feminino, de um mesmo sujeito e o segundo representado como o momento de separação, demarcação e criação das diferenças. Em ambas as abordagens, o caráter relacional se destaca como analisador do objeto banheiro. Para a autora, pessoas trans podem ser lidas como verdades móveis, essa mobilidade procura enfrentar a realidade nas suas discrepâncias, produzindo movimentos de aproximação e distanciamento do sujeito.

À procura de pontos convergentes entre os artigos, identificamos que a possibilidade de construção de um terceiro banheiro para uso exclusivo de pessoas trans é severamente criticada pelos autores que a consideram como uma reiteração da discriminação e da segregação da diferença, numa perspectiva higienista e mesmo, eugenista. A polêmica em torno da criação de um terceiro banheiro acaba por reforçar um sistema classificatório e normatizante da sexualidade, de modo que às duas expressões permitidas seria incluída uma terceira expressão, sem, contudo, alterar a própria lógica classificatória. Apesar de, por um lado, ser considerado uma ampliação do espectro de gênero, por outro lado, produziria outras formas de exclusão com base na sexualidade. Assim o sendo, um terceiro banheiro iria promover uma forma de universalismo trans, na qual todas as variantes de travestilidades e transexualidades seriam diluídas e pasteurizadas. Segundo Santos (2003), reivindicar o direito à diferença não é o mesmo que reivindicar direitos iguais a todos, afinal o direito à diferença exige uma especificidade sem desvalorização, uma alternativa sem culpabilização.

O caminho para uma sociedade mais incluyente para todos passa por etapas em que não é útil

nem justo promover um universalismo essencialista que não considera as especificidades dos contextos. O universalismo útil deve conduzir a políticas para a igualdade, evitando, contudo, quaisquer medidas homogeneizantes (Santos *apud* Santos 2003, pp. 340).

A homogeneização da diferença gera processos de silenciamento e inviabilização. Retomando a perspectiva *queer*, apontada por Richard Miskolci (2014), um banheiro exclusivo para travestis e transexuais seria uma espécie de normalidade da anormalidade, pois o universalismo não abarca a diversidade em sua complexidade.

Outra convergência encontrada entre os artigos se refere às tensões binárias suscitadas pelos autores, como, por exemplo, natural e cultural, sexo e gênero, feminino e masculino, público e privado, limpeza e sujeira do corpo. Além desses conjuntos binários que nos ajudam a entender as engrenagens de funcionamento da heteronormatividade, uma tensão dialética que permeia os textos é a realização ou não da cirurgia de redesignação sexual, como forma de legitimação do uso do banheiro. Ou seja, segundo o senso comum, uma mulher transexual que se submeteu à cirurgia adquire o direito social de usar o banheiro feminino, uma vez que não possui mais o pênis. Nesse contexto, a cirurgia seria compreendida como um processo corretivo que enquadraria o dissidente na norma vigente, anulando a diversidade e igualando a diferença. Entre a realização ou não da cirurgia, entre a legitimação ou não de corpos, subjetividades trans são produzidas, delineando diferentes códigos de comportamento para travestis e transexuais:

Nós transexuais queremos a invisibilidade, queremos ser mulheres, bem diferentes das travestis, elas não (...) elas querem é aparecer, querem bafão, se mostrar diferentes, pintosas, isso é demarcar território para elas (Militante trans Cristal - nome social, notas de diário de campo, 23 de junho de 2014).

O uso do banheiro é analisado por grande parte dos autores como um segredo, uma atividade secreta que não deve ser revelada, nem discutida, quer seja ela uma atividade de excreção corporal (urina ou fezes), de socialização ou mesmo de expressão da sexualidade. O banheiro, lugar de ditos e interditos, está diretamente relacionado com a sexualidade na medida em que define os campos de pertencimento do homem e da mulher, estabelecendo normas de uso e regras de convivência.

Santos e Santos (2011), nos apresenta em seu artigo o relato da estudante trans Paola sobre o “correto” uso do banheiro feminino por mulheres trans:

Você entra no banheiro feminino com certa descrição (...) mantém a compostura (...) as pessoas vão te olhar, mas não vão dizer nada, mas se você começa a fazer alarde mostra realmente o que você é, aí então vão criar polêmica, vão embarçar, seu banheiro é o de lá. (2011, p. 8).

A expressão “mostra realmente o que você é” evidencia o caráter performático da identidade de gênero, apresentando o modelo de feminino que deve ser seguido, quer seja uma mulher com vagina natural ou artificial. O manual de bom comportamento no banheiro, se seguido à risca, garante a aceitação e o uso do espaço público, apesar de não eliminar a tensão que se instaura no ambiente. Todos os textos analisados foram elaborados tendo como referencial a mulher trans, alguns se justificam pelo fato dos objetos de investigação terem sido mulheres trans. De qualquer forma, essa ausência ou baixa representatividade sinaliza certa invisibilidade dos homens trans na literatura acadêmica.

A invisibilidade de homens trans também existe no próprio movimento social LGBT, de acordo com Thomas² - 21 anos, estudante universitário e professor de inglês; Xande - 41 anos, militante e integrante do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade; e Samuel - 22 anos, estudante universitário e criador de um espaço virtual para discutir as questões trans. Na matéria *A invisibilidade dos homens trans na bandeira colorida* de Luísa Cardoso e Danilo Gonçalves (2015) do portal Cartacapital, esses três homens trans relatam o processo de transexualização masculina, a resistência dos familiares, a dificuldade em conseguir emprego e a segregação entre cisgêneros e transgêneros. Thomas sinaliza que:

Pessoas trans não têm direito a estudo, a trabalho, a educação, a família, a respeito, nem sequer ao nome. Nos é negado o direito de existir (...). Ainda estou aqui lutando para ter meu nome reconhecido e pra não morrer num banheiro público qualquer (2015, parágrafo 3).

O nome social trans é citado em apenas dois dos artigos analisados, Santos e Santos (2011) e Lima e Alvarenga (2012). Em ambos, o uso do nome social no contexto escolar aparece

² Todos os entrevistados utilizaram seus nomes sociais, ou seja, aquele nome escolhido por pessoas trans em congruência com sua identidade de gênero.

como dificuldade, apontando para certa resistência da instituição escola em respeitar e reconhecer as diferenças. Apesar das diversas normativas de legalização do uso do nome social existentes no Brasil, a práxis educativa ainda se distancia muito do texto prescrito, reforçando a urgência de um monitoramento das políticas públicas educacionais brasileiras, para além da elaboração e implementação das mesmas.

Marina Reidel, pesquisadora acadêmica e professora trans, em sua dissertação de mestrado intitulada *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira* (2013), relata casos de interditos ao uso do banheiro por estudantes trans. Marina, em um dos casos ocorrido numa escola pública do estado do Rio Grande do Sul, fez uma intervenção com o coordenador pedagógico:

Se o Estado reconhece a travesti pelo nome social e pelo gênero feminino, por que estão questionando o banheiro? Se ela tem aparência feminina, atende pelo nome que adotou, por que a escola insiste em problematizar? (...) É claro que estes casos apontam para uma situação muito mais grave, onde a questão não é o banheiro (...) e sim o direito de fazer as necessidades fisiológicas e não serem agredidas (Reidel, 2013, pp. 95-96).

Luma Andrade, professora universitária, ocupa o lugar de primeira doutora travesti do Brasil, pesquisadora da realidade de travestis na escola brasileira. A partir de sua vivência trans, ela afirma:

Desde criança sofro com a imposição e segregação dos comportamentos de determinados alunos(as) dos sexos masculino e feminino. Na escola, fui violentamente castigada física e verbalmente quando buscava qualquer tentativa de cruzamento da linha de fronteira que separa o sexo masculino do feminino. A vigília era constante, nos brinquedos utilizados, nos gestos (Andrade, 2015, pp. 18).

Nessa arena escolar, entre o direito à utilização do nome social e o direito à utilização do banheiro conforme a identidade de gênero, as mulheres trans estudantes Nayara, Paola, Soaraia e Whitney, descritas nos artigos analisados, precisam impor constantemente suas presenças, reivindicando seus direitos e demarcando lugares de pertencimento.

O caso Sofia: banheiro, escola, violência e analisador institucional

Um elemento frequente na associação com os banheiros em escolas é o fenômeno da violên-

cia. Demasiadamente relatado pelos profissionais da educação como onipresente independentemente da idade, do gênero, da etnia, da classe social e da sexualidade. Cenas de violência produzidas por um sistema de opressão que separa e hierarquiza sujeitos e corpos (Louro, 2004). O banheiro se revela como um espaço onde as diferenças se manifestam, regulando ações e comportamentos.

A violência é algo complexo e polissêmico (...) seu significado se define a partir do seu contexto formador social, econômico e cultural, de acordo com o sistema de valores adotados por cada sociedade e levando em considerações os seus níveis de tolerância para com a violência (Souza, 2012, p. 21).

A discussão da violência na escola é muito abrangente, envolvendo aspectos intrínsecos e extrínsecos ao universo escolar. A escola está inserida na cultura e, como tal, estabelece relações com seu entorno, refletindo valores e comportamentos sociais. Seus mecanismos de regulação interna são decorrentes das interações estabelecidas entre seus sujeitos, configurando-se como um espaço de interseção entre o instituído e a instituinte. Desse atrito, podem surgir formas de representação da violência. Segundo Bernard Charlot (2002), a escola pode ser tomada como o local de expressão da violência decorrente de fatores externos, de sistemas de poder exteriores a ela, usualmente da comunidade, mas que ali ecoam e se deflagram. A chamada violência *na* escola. Há também outra forma de expressão da violência escolar, aquela oriunda de fatores internos, de relações de subalternidades existentes entre docentes, discentes e demais profissionais da educação. A chamada violência *da* escola. Analisando sob esse ponto de vista, a negação do uso do banheiro aos estudantes trans pode estar situada num interstício entre a violência *na* e *da* escola, uma vez que as posições de gênero são aprendidas dentro e fora da escola. Nesse sentido, é fundamental implementar políticas públicas que possibilitem a todos o direito ao uso com segurança das instalações sanitárias públicas na escola.

Nossa investigação de campo numa escola pública do município de Belo Horizonte/Brasil utilizou três estratégias metodológicas de intervenção no cotidiano, a observação participante, as rodas de conversação com profissionais da educação e as entrevistas semiestruturadas com estudantes trans. Em todas as es-

tratégias, o uso banheiro por estudantes trans esteve presente, polemizando as discussões, criando paradoxos e possibilitando leituras analíticas diferenciadas. Nesse contexto, utilizamos o conceito de “analisador institucional” de René Lourau (1975/2014), como pressuposto epistemológico para interpretação dos dados obtidos no trabalho de campo, pois o banheiro se revelou como um potente analisador institucional da organização escolar.

Daremos o nome de analisador àquilo que permite revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar (...) “analisadores” não surgem abruptamente, com puras encarnações da negatividade da instituição, mas se manifestam pouco a pouco em uma relação de oposição ou de complementaridade como “dirigentes” concorrentes ou rivais (...) o analisador é sempre material. (Lourau, 1975/2014, pp. 303-304, aspas do autor).

O autor descreve o analisador tal qual ele surge no processo investigativo, ou seja, aos poucos. Ele não é o foco primário da investigação, de repente acontece, se manifesta de forma invasiva no processo e, gradativamente, ocupa um significativo espaço na pesquisa. Sua materialidade sinaliza modos de produção de subjetividades as vezes ocultos do olhar conformado e submergido nas estruturas hierárquicas da instituição. A pesquisa nos conduziu gradativamente ao objeto de investigação “banheiro”, revelando-o como uma espécie de desdobramento secundário da política pública de legalização do uso nome social na escola.

Discursos e as práticas escolares produzem verdades e significados, revelam regras oficiais e extraoficiais de convivência, evidenciam posições e relações hierárquicas, nomeando e legitimando condutas sociais. A análise institucional tem como proposta compreender uma determinada realidade social e organizacional por meio desses discursos e práticas de acordo com Solange L’Abbate (2012). A autora salienta que a análise institucional tem como elementos básicos — o instituído ou o momento da universalidade — representado pela instituição, e — o instituinte ou o momento da particularidade — representado por aquele que não cessa de negar o momento anterior. Acrescenta-se aos dois o momento da singularidade, resultante da dialética entre os dois anteriores. A análise institucional ainda implica num radical descentramento da enunciação científica, não apenas por provocar e considerar a enunciação aos sujeitos,

mas também criar condições para o exercício dessa enunciação. Como um analisador institucional o banheiro desperta incongruências e fissuras na organização escolar que já lá estavam, apenas tinham sido naturalizadas, pois são inerentes à estrutura hegemônica institucionalizada.

Uma das estudantes trans entrevistadas na investigação de campo foi Sofia que se apresentou como travesti, negra, trinta anos, prostituta e ex-presidiária. Ela relatou problemas com o banheiro na escola, pois algumas alunas reclamaram quanto ao uso do banheiro feminino, alegando não se sentirem confortáveis com a presença de uma estudante trans no mesmo banheiro. No banheiro masculino, Sofia já havia sofrido discriminação de forma violenta por parte de alguns alunos. A diretora da escola tentando solucionar o caso, não indicou o uso do banheiro de acessibilidade para o Sofia, pois, segundo ela, poderia se configurar como um duplo caso de exclusão. A alternativa encontrada foi liberar o uso do banheiro do prédio da administração para a estudante. Entretanto, a decisão também gerou problemas, pois algumas funcionárias da secretária, usuárias do banheiro, disseram ter receio quanto à higiene do espaço, uma vez que a estudante sendo prostituta poderia “expô-las a bactérias e outras doenças” (Notas de diário de campo, 08 de abril de 2014). As funcionárias alegaram não saber se ela utiliza preservativos durante as relações sexuais no trabalho, nem se a mesma cuidava periodicamente da saúde. O processo discriminatório atua por meio de um somatório de preconceitos, numa perspectiva multifatorial, pois ao fato da estudante ser travesti agrega-se o fato dela também ser prostituta. O uso de banheiro na escola, nesse caso, levanta questões como as políticas públicas de saúde para profissionais do sexo e as condições do mercado de trabalho brasileiro.

Durante a roda de conversação com os docentes, o uso do banheiro pela estudante Sofia polemizou a discussão. Enquanto alguns docentes se posicionaram a favor do uso do banheiro masculino, pois a estudante tem pênis, outros defenderam o uso do banheiro feminino, pois o importante era como a estudante se apresentava e se autodefinia. Essa ambivalência entre os docentes revela um duplo mecanismo de identificação sexual, oscilando entre o referencial anatômico/corporal e o

referencial do discurso/linguagem. Uma professora relatou que se sentiria desconfortável em utilizar o mesmo banheiro que uma travesti:

Eu não me sentiria bem de usar o mesmo banheiro de um travesti, sei lá (...) seria estranho. Eu ficaria exposta, sem saber o que pode acontecer (...) acho até que eu nem conseguiria fazer xixi (...) ficaria tensa, preocupada mesma (Professora Lúcia, entrevista pessoal, 16 de abril de 2014).

A versão do mesmo episódio, segundo a estudante Sofia, é:

Uma noite eu estava muito apertada, muito apertada mesmo e fui no banheiro masculino, que é mais perto, aqui embaixo no pátio (...) ele tava vazio, mas aquele guarda apareceu, assim do nada (...) e começou a discutir comigo, dizendo que não podia usar aquele banheiro, que a diretora já tinha falado e que eu devia ir no outro banheiro, naquela lá da direção” (Estudante Sofia, entrevista pessoal, 12 de maio de 2014).

O guarda municipal, como representante institucional responsável pela manutenção “da moral, da ordem e da paz” no espaço escolar, relatou essa cena na qual um jogo de hierarquias se faz presente: do ponto de vista do analisador institucional, o elemento instituído é representado pela figura da diretora que determina o correto uso do espaço e pela figura do guarda municipal que zela pela manutenção das regras, coibindo quaisquer irregularidades. No outro polo institucional, está o instituinte representado pela estudante Sofia que deve aprender a seguir as normas e regras instituídas de funcionamento da escola, mas, ao mesmo tempo, ela provoca a transformação das mesmas regras e normas pela força instituinte. Desse cenário estruturado e estruturante chamado escola, emergem as resistências, aquelas fissuras que burlam as leis, desestabilizam as regras do jogo e propõem alternativas que extrapolam a norma binária. Na linguagem da análise institucional, esses seriam os momentos de singularidades, provenientes do atrito entre o instituído e a instituinte.

A autoridade da lei deve ser respeitada, não existindo margem para negociação. As regras estão definidas e, para o correto funcionamento da instituição, devem ser obedecidas. Quaisquer transgressões devem ser punidas e anuladas. A organização da instituição escola guarda semelhanças com outras instituições e outros sistemas de poder que tem por base a potencialização da desigualdade entre seus sujeitos. A escola, como instituição pública de

direito, deveria criar mecanismos inclusivos para todos os cidadãos, entretanto, tanto a instituição quanto os mecanismos por ela elaborados e aplicados atuam do mesmo lado, do lado de dentro. Torna-se necessário o estranhamento, o estar de fora da situação para realmente combater as expressões de violência simbólica, que tem como alicerce a reprodução das estruturas hegemônicas de poder.

Nesse jogo de normas e interditos, estando as regras de funcionamento dos banheiros da escola clara, todas as demais formas de desvio na sua utilização devem ser repreendidas, a fim de garantir a ordem. Os banheiros masculinos e femininos estão a salvo, nada pode abalar a legitimidade de ambos e, por consequência, a ordem dos gêneros e os gêneros ordenados na escola continuam garantidos. Essa manutenção só é possível pois a estudante trans, aquela que não se enquadra na ordem, tem outro espaço para realizar suas necessidades fisiológicas. Esse espaço destinado ao diferente é longe, escondido, sigiloso e fora do campo de visão geral, o contrário dos banheiros coletivos e públicos de fácil acesso por estarem situados no pátio da escola. A performatividade de gênero (Butler, 2003) com seus ritos, crenças e mecanismos reprodutivos é constantemente testada, colocada na berlinda, a fim de estabelecer novos limites e fronteiras entre o aceitável e o abominável.

Um fator desestruturante e peculiar da identidade de gênero de Sofia reside no fato dela se posicionar socialmente na escola como um homem travestido de mulher. Ela não faz questão de usar o nome social na escola, sendo chamada pelo seu nome civil. O nome social, segundo ela, pertence a outro contexto de vida, a vida profissional na prostituição. Na escola ela é estudante, portanto, usa seu nome civil. Esse desencontro entre o que é visto, um corpo aparentemente feminino, e a nomeação, um nome masculino, cria obstáculos à compreensão da fluidez identitária que caracteriza as (trans)subjetividades. Nós, pesquisadores, também tivemos dúvida em como abordar Sofia nesse artigo, mas optamos pelo uso de um pseudônimo feminino em função de sua identidade de gênero.

Além da irrelevância do uso do dispositivo nome social na escola, colocando em debate a própria política pública municipal de legalização desse dispositivo, Sofia afirma que o

uso do banheiro de acessibilidade da pessoa com deficiência não seria uma atitude discriminatória. A estudante disse que o usaria sem nenhum problema, ainda mais que é situado no pátio da escola, isto é, mais próximo das salas de aula. Contraditoriamente ao que os autores pesquisados nesse artigo defendem, Sofia gostaria que a escola tivesse um terceiro banheiro, segundo ela:

O ideal mesmo seria um terceiro banheiro na escola, assim como na Ala Trans na prisão onde fiquei um tempo por causa de briga na rua (...) lá não tinha esse problema (...) o terceiro banheiro evita humilhação, agressão sabe (...) a gente não fica constrangida em usar (Estudante Sofia, entrevista pessoal, 12 de maio de 2014).

O relato da estudante revela um descompasso em relação às falas dos profissionais da educação e em relação aos pontos de vista dos autores pesquisados. Sem qualquer associação ingênua entre causa e consequência, vale salientar que, ao final do ano de 2014, a estudante Sofia abandonou os estudos e desapareceu da escola. Houve várias tentativas de localizá-la por parte da escola, mas sem êxito.

Considerações finais

Muito se tem escrito, debatido e produzido sobre o banheiro como um espaço de atravessamento das relações de gênero, em especial, quando seu uso é interdito a travestis e transsexuais. Na escola, o uso do banheiro revela mecanismos estruturantes e hegemônicos que regulam corpos e sujeitos numa perspectiva ontológica do sexo anatômico. Como analisador institucional, o banheiro aponta para uma possível desconstrução de saberes tidos como verdades universais sobre os sujeitos, nos dizeres de Bento (2006) o dispositivo trans, aquele conjunto de saberes que se tornam verdades sobre sujeitos trans. Esse espaço arquitetônico com suas instalações, representações imagéticas e regras de uso não propõe a abertura para a alteridade, pelo contrário, é hermeticamente fechado em si mesmo, sendo refratário a fatores de desestabilização.

A partir da investigação sobre o uso legalizado do nome social na escola, o uso do banheiro por estudantes trans tornou-se objeto de uma reflexão metodológica, sinalizando modos de subjetivação que escapam às normativas de gênero preexistentes na estrutura educacional. A dialética entre a universalidade e a particularidade no universo trans atravessa o discurso da lei (que determina a intervenção

escolar por meio de políticas públicas), o discurso da escola (despreparada no trato cotidiano com a diversidade sexual) e o discurso do próprio sujeito (com sua demanda de reconhecimento de gênero e uso dos espaços escolares). Essas tensões sinalizam a necessidade de outras leituras do corpo e da sexualidade para além daquelas impostas pelo binarismo de gênero.

Pelo viés metodológico da análise institucional, nossa pesquisa no âmbito local de uma escola pública situada numa região de vulnerabilidade social do município de Belo Horizonte/Brasil considerou a enunciação de diversos sujeitos como educadores, diretores, coordenadores, equipe administrativa, funcionários da biblioteca, da limpeza, da segurança da escola e, sobretudo, das próprias estudantes trans. No contexto local da escola, encontramos nas narrativas dos sujeitos da pesquisa refinados mecanismos de discriminação, exclusão e negação de direitos, muito comuns às práticas transfóbicas presentes em diversos setores da sociedade brasileira contemporânea. No entanto, encontramos também relatos de conflitos e de negociações, envolvendo estudantes trans, docentes e equipe administrativa, que acabam por concorrer para a produção de novos arranjos de convivência.

As políticas públicas educacionais de legalização do nome social significam uma conquista para estudantes trans, pois são reflexo de provocações, demandas, embates e reivindicações do movimento social LGBT brasileiro. No município investigado, militantes de diversos grupos, associações e organizações LGBT, em parceria com representantes da academia, participaram da elaboração do Parecer que subsidia a Resolução CME/BH Nº 002/08, também foco de nossa análise. Dessa forma, estabelece-se uma tríplice articulação entre o poder público, o movimento social e a academia em prol da garantia dos direitos e da dignidade humana de travestis e transexuais.

Entre a polêmica e a invisibilidade, identidades e corpos se instituem e são instituídos numa relação polissêmica em que as tensões insurgem como focos de resistência ao sistema hegemônico, ampliando espaços para as (trans)subjetividades e enfrentando situações de violência e exclusão. Quando a diversidade sexual abandona o gueto, luta pela conquista dos direitos e aporta na escola, torna-se difi-

cil a permanência sem nenhuma reação do *modus operandi* do preconceito e da discriminação, pois sua presença questiona e exige a invenção de novas relações sociais e políticas que garantam o uso democrático e emancipatório da instituição escola.

Referências

- Andrade, Luma (2015). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia.
- Bento, Berenice (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, Luisa & Gonçalves, Danilo (2015, 27 de julho). A invisibilidade dos homens trans na bandeira colorida. *Cartacapital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-invisibilidade-dos-homens-trans-na-bandeira-colorida-1921.html>
- César, Maria R. (2009). Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: Constantina Xavier Filha (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual* (pp.114-119). Campo Grande, MS: Editora UFMS.
- Charlot, Bernard (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, 8, 432-443. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222002000200016>
- Cruz, Elizabete (2011). Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Psicologia Política*, 11(21), 73-90.
- Foucault, Michel (1975/2013). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel (1975/2010). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- L'abbate, Solange (2012). Análise institucional e intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na saúde coletiva. *Mnemosine*, 8(1), 194-219.
- Lima, Maria L. & Alvarenga, Eric (2012). O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas. *Artifícios: Revista do Difere*, 2(4), 1-13.
- Lourau, René (1975/2014). *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louro, Guacira L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Miskolci, Richard (2014). Crítica à hegemonia heterossexual. *Revista Cult*, 193(17), 32-35.
- Preciado, Beatriz (2014, 23 de junho). Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista. *Portal Fórum*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/beatriz-preciado-desprivatizar-o-nome-proprio-desfazer-ficcao-individualistah/>
- Reidel, Marina (2013). *A pedagogia de salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira*. Dissertação de mestrado inédita, UFRGS.
- Resolução CME/BH Nº 002, 18 de dezembro de 2008 (Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, ano XV, edição nº3386). Dispõe sobre a inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos registros escolares das escolas da Rede Municipal de Educação.
- Santos, Ana C. (2003). Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In: Boaventura de Souza Santos (Orgs.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. (pp. 335-379). Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras.
- Santos, Rodrigo & Santos, Ailton (2011). Memórias de trajetórias escolares de travestis. *Educação, Gestão e Sociedade*, 1(3), 1-11.
- Serafim, Cássio & Silva, Marluce (2006). A inserção da travesti no cotidiano social: o uso do banheiro público. In Berenice Bento, Larissa Pelúcio e Marcos Benedetti (Coords.), *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. Simpósio Temático 16: Sexualidades, corporeidades e transgêneros: narrativas fora de ordem* (pp. 01-07). Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Siqueira, Danieli (2014). O banheiro: um prisma para reflexões sobre relações de gênero a partir da perspectiva simmeliana. *Política & Trabalho*, 40, 357-367.
- Souza, Liliâne (2012). A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *Revista Labor*, 1(7), 20-34.



CLÁUDIO EDUARDO RESENDE ALVES

Doutorando em Psicologia pela PUC Minas/Brasil com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Portugal e Mestre em Educação. Professor integrante do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/Brasil. Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas da PUC Minas.

MARIA IGNEZ COSTA MOREIRA

Pós doutora em Psicologia pela UFRJ/Brasil, Doutora em Psicologia pela PUC São Paulo, Mestre em Psicologia pela UFMG. Professora Adjunta III da PUC Minas. Membro de corpo editorial da Psicologia em Revista. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas da PUC Minas.

DIRECCIÓN DE CONTACTO

cadupbh@gmail.com

FORMATO DE CITACIÓN

Alves, Cláudio Eduardo Resende & Moreira, Maria Ignez Costa (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 59-69. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/psicologia.1275>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 30/04/2015
1º Revisión: 25/07/2015
Aceptado: 23/09/2015